

# Lista de Verificação dos Tribunais Inclusivos

## Introdução

Tribunais e sistemas de justiça por todo o mundo estão passando por uma transformação digital significativa. Eles estão investindo em tecnologia para suportar as principais funções, por exemplo sistemas de arquivamento eletrônico e documentos, sistemas digitais de gerenciamento de processos, ferramentas de colaboração remota, sistemas de pagamento digital, videoconferência e presença virtual etc. Esses investimentos em tecnologia podem ajudar tribunais e sistemas judiciais a reduzir custos e aumentar a eficiência, mas não está claro que hoje eles estão apoiando a inclusão digital e o acesso à justiça para pessoas com deficiência. Embora muitos tribunais e sistemas de justiça estejam trabalhando para resolver os obstáculos de acessibilidade dentro do ambiente físico ou construído, [uma pesquisa recente](#) revela que menos da metade fornece tecnologia e soluções para apoiar a inclusão digital. Vários administradores de tribunais, questionados pelo mundo todo, não sabiam que soluções novas e inovadoras, como transcrições e legendas automáticas, ferramentas de colaboração remota e videoconferência, têm o potencial de enfrentar as antigas barreiras à inclusão para pessoas com deficiência.

Sem um claro compromisso com a acessibilidade digital, os sistemas de justiça correm o risco de aprofundar a divisão digital das pessoas com deficiência e criar novos obstáculos à justiça para elas. Quando os sistemas de justiça investem em tecnologias digitais acessíveis e utilizam tecnologias novas e emergentes de maneiras inovadoras, eles podem atingir suas metas de transformação e aumentar o acesso à justiça para todas as pessoas.

## Estado da Inclusão Digital nos Tribunais

Em 2019, a G3ict estabeleceu uma parceria com a Associação Internacional de Administradores de Tribunais (IACA) [para pesquisar seus membros](#) bem como outros especialistas que trabalham em tribunais ou com tribunais, sobre a tecnologia e o acesso à justiça. Os resultados mostram que os profissionais dos tribunais não têm conhecimento de deficiências e de tecnologias acessíveis. Os administradores dos tribunais sabem que precisam de ajuda para aprender como garantir a implementação da tecnologia digital de maneira a tornar os tribunais mais acessíveis e inclusivos. Dentre os profissionais judiciais pesquisados,

- Poucos, apenas 16% dos entrevistados, classificaram a acessibilidade das implantações de tecnologia nos tribunais como alta ou muito alta. Mais de um terço (38,36%) os classificou como baixo ou muito baixo. Por exemplo, apenas 17% disseram que os documentos estavam disponíveis em formatos acessíveis (ou seja, formatados para uso com um leitor de tela) e menos de 10% apontaram para a implantação de aplicativos móveis acessíveis.
- Menos da metade, 40%, fornece tecnologias para apoiar a inclusão digital de pessoas com deficiência, enquanto quase 75% dos tribunais garantem a acessibilidade física das suas instalações.
- Uma maioria esmagadora disse que hoje os funcionários de compras judiciais não usam ou apenas inconsistentemente usam os critérios de acessibilidade das TIC ao comprar tecnologia.

Em 2018, a [G3ict fez parceria com a Aliança Internacional para Deficientes](#) (IDA) para pesquisar seus membros, as organizações de pessoas com deficiência (DPOs) por todo o mundo, em relação a tecnologia e acesso à justiça. A grande maioria das DPOs pesquisadas - 84% - disse que as pessoas com deficiência não têm acesso ao sistema de justiça igual ao de outros cidadãos. 85% acreditam que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras moderadas ou extremas ao sistema judiciário e que essas barreiras têm um impacto significativo sobre elas.

## Rumo a Um Sistema Judicial Mais Inclusivo

A G3ict e seus parceiros no governo, sociedade civil e indústria estão trabalhando para ajudar instituições judiciais a integrar, em todos os níveis, as tecnologias de informação e comunicação acessíveis (TIC) em suas políticas e práticas. Nosso objetivo é auxiliar o compromisso explícito e forte com a acessibilidade como parte integrante de estratégias e implantações de TIC em tribunais e sistemas de justiça, ou seja, garantir que sua transformação digital ofereça maior inclusão e acesso à justiça para pessoas com deficiência, não menos.

Para ajudar os tribunais a alinhar sua própria transformação digital com maior inclusão e acesso à justiça para pessoas com deficiência, a G3ict criou a seguinte estrutura e ações sugeridas, a Lista de Verificação de Tribunais Inclusivos.

A Lista de Verificação dos Tribunais Inclusivos inclui 10 recursos principais que os tribunais devem desenvolver para apoiar a transformação digital acessível e inclusiva. Ele fornece 36 etapas específicas, ou atividades facilitadoras, para o desenvolvimento desses 10 principais recursos digitais dos tribunais inclusivos. O objetivo desta Lista de Verificação de Tribunais Inclusivos é apoiar um maior acesso à justiça para as pessoas com deficiência.

### Lista de Verificação de Tribunais Inclusivos

| 10 Principais Recursos  | Atividades de Capacitação   |
|---|---|
| <p><b>1. Estratégia de inclusão digital</b></p> <p>Tribunais inclusivos desenvolvem e implementam uma estratégia de inclusão digital que otimiza a acessibilidade das TIC, a ampla inclusão e melhora o acesso à justiça para pessoas com deficiência e idosos.</p> <p>Os tribunais inclusivos planejam operações e serviços judiciais acessíveis, utilizáveis e capazes de serem personalizados para apoiar as necessidades e habilidades individuais dos funcionários e do público.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Desenvolver e implementar em todos os departamentos uma estratégia formal de inclusão digital, abordando ampla conectividade, acesso e habilidades digitais. Inclua métricas de processo e resultado especificamente relacionadas a pessoas com deficiência e idosos (por exemplo, digitalização de procedimentos, comparecimento remoto em tribunais, resoluções de disputas on-line) e em benefício de pessoas com deficiência, tanto entre o público em geral quanto com os funcionários do tribunal.</li> <li><input type="checkbox"/> Definir pessoas com deficiência <a href="#">em vários grupos de pessoas com deficiência</a> (p. ex. incluindo aqueles que têm deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo) como beneficiários específicos do trabalho da estratégia de inclusão digital. Certifique-se de incluir pessoas com deficiências não visíveis e pessoas que possam ter alguma incapacidade temporária devido a lesão.</li> <li><input type="checkbox"/> Identifique questões de inclusão discretas a serem abordadas para cada grupo de pessoas com deficiência como parte de sua estratégia. Por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Uma pessoa surda pode participar de</li> </ul> </li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>comparecer remotamente no tribunal, como no caso de uma audiência de julgamento por vídeo?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Uma pessoa cega pode usar os mecanismos de resolução de disputas on-line ou preencher um formulário digital?</li> </ul> <p>Uma pessoa com deficiência cognitiva, intelectual ou de desenvolvimento é capaz de usar os sistemas de pagamento digital?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Documente as métricas de acessibilidade e inclusão digital de TIC, bem definidas, quantitativas e relacionadas a grupos específicos de pessoas com deficiência e melhor acesso a resultados da justiça, por exemplo. rastreamento e sistematização de solicitações de acomodação.</li> </ul>  |
| <p><b>2. Liderança</b></p> <p>Em um tribunal inclusivo, a liderança promove proativamente os objetivos e estratégias de transformação digital e inclusão digital para obter maior acesso à justiça para pessoas com deficiência.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> A liderança do tribunal (por exemplo, um funcionário do ministério da justiça, funcionário de tribunal, promotor, juiz etc.) fornece compromissos públicos em favor da inclusão digital e o acesso à justiça para pessoas com deficiência e idosos.</li> <li><input type="checkbox"/> A liderança do tribunal efetua a coordenação entre vários departamentos (p. ex. Serviços Financeiros e Administrativos, Serviços de Planejamento e Tribunal, Serviços de Pesquisa e Informação, Operações de Tribunais, Segurança de Tribunais, Finanças, Recursos Humanos etc.) para a implementação de estratégias de inclusão digital.</li> <li><input type="checkbox"/> A liderança do tribunal recruta grupos de pessoas com deficiência, da indústria de TIC e cidadãos como parte de processos de partes interessadas externas para apoiar a melhoria da acessibilidade das TIC, da inclusão digital e do acesso à justiça.</li> </ul> |
| <p><b>3. Orçamento</b></p> <p>O processo orçamentário em tribunais inclusivos auxilia na abordagem inovadora e integrada para melhorar a acessibilidade das TIC e a inclusão digital, inclusive no apoio ao acesso à justiça.</p>    | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Implementar uma abordagem detalhada e documentada para solicitar financiamento para atividades de inclusão digital e acessibilidade das TIC.</li> <li><input type="checkbox"/> Realize planejamento e orçamento financeiro plurianual anual para apoiar a melhoria da acessibilidade e da inclusão digital em todo o tribunal (por exemplo, programas, serviços e infraestruturas comuns, atualização de sistemas legados, manutenção de guias e padrões de design, equipe, treinamento e suporte de helpdesk).</li> <li><input type="checkbox"/> Associe alocações orçamentárias para programas de transformação digital e investimentos em tecnologia a impactos e</li> </ul>   |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>métricas que incluem resultados para pessoas com deficiência e idosos. Rastrear a acessibilidade e o Retorno sobre Investimentos (RoI) da inclusão.</p>  |
| <p><b>4. Cultura de engajamento inclusivo</b></p> <p>Os tribunais inclusivos demonstram uma cultura de engajamento inclusivo, garantindo que diversas comunidades, incluindo pessoas com deficiência e idosos, possam usar todos os métodos de comunicação com o tribunal, tanto os tradicionais quanto os mais recentes.</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Implemente a acessibilidade em métodos tradicionais (por exemplo, sites, email) e/ou canais mais recentes (por exemplo, mídias sociais, aplicativos móveis) para interagir com as partes interessadas.</li> <li><input type="checkbox"/> Crie e use processos padrão para verificar se todos os grupos de pessoas com deficiência podem acessar os mecanismos de comunicação e feedback estabelecidos e testar regularmente a acessibilidade dos canais mais novos e tradicionais de envolvimento das partes interessadas.</li> <li><input type="checkbox"/> Solicite proativamente (por exemplo, através de reuniões públicas, pesquisas e mídias sociais) feedback e ideias de todos os grupos de pessoas com deficiência para melhorar a inclusão digital e o acesso à justiça.</li> </ul>   |
| <p><b>5. Cultura de diversidade</b></p> <p>Tribunais inclusivos criam e sustentam uma cultura de diversidade para auxiliar na inclusão e no acesso aos objetivos e estratégias da justiça. Eles desenvolvem uma força de trabalho que inclui pessoas com deficiência e promovem amplamente a conscientização sobre deficiências em funcionários do tribunal por meio de programas de treinamento.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Implementar processos e políticas padrão para apoiar uma maior diversidade nos esforços de recrutamento e contratação de funcionários judiciais (por exemplo, garantir que os canais de recrutamento digital sejam acessíveis, convidar candidatos com deficiência a se inscreverem por métodos específicos, treinar equipes de contratação em etiqueta e acomodação para deficiências, publicar políticas de ajustes ao local de trabalho, informar todos os novos funcionários sobre grupos de recursos para empregados com deficiência e outros auxílios, fornecer ajustes ao local de trabalho com suporte de uma equipe centralizada e com financiamento centralizado).</li> <li><input type="checkbox"/> Implementar processos e políticas padrão para treinar todos os funcionários do tribunal em relação a deficiências e inclusão.</li> <li><input type="checkbox"/> Defina pontos (p.ex. integração de novos funcionários) em que todos os funcionários devem participar do treinamento de deficiência e inclusão.</li> <li><input type="checkbox"/> Incentivar a equipe a participar de associações profissionais focadas na acessibilidade (ex. a <a href="#">Associação Internacional de Profissionais de Acessibilidade</a>) bem como adquirir certificações de acessibilidade relevantes, especialmente no campo da inclusão digital</li> </ul> |

|   |   |
|---|---|
| <p><b>6. Cultura de transparência</b></p> <p>Em um tribunal inclusivo, uma cultura de transparência é central para a inclusão digital de pessoas com deficiência e idosos. A transparência se estende ao fornecimento de informações em formatos acessíveis que todas as pessoas possam entender prontamente.</p> | <p>e acessibilidade das TIC.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Divulgue publicamente informações sobre acessibilidade, inclusão digital e acomodações. Divulgue essas informações proativamente.</li> <li><input type="checkbox"/> Defina processos e políticas padrão para exigir que as informações sejam disponibilizadas em formatos acessíveis, por exemplo, Braille, formatos eletrônicos, legendas para vídeos, intérpretes de linguagem gestual, retransmissão de vídeo, etc.</li> <li><input type="checkbox"/> Implemente métricas e financiamento para garantir em todos os departamentos que as informações estejam disponíveis em formatos acessíveis.</li> </ul>   |
| <p><b>7. Estrutura e organização</b></p> <p>O tribunal inclusivo estrutura-se de uma maneira que lhe permite gerenciar efetivamente o tópico de acessibilidade e inclusão digital e seu relacionamento com as atividades do tribunal e o acesso à justiça.</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Forneça suporte orçamentário e executivo a uma unidade organizacional ou gerente nomeado com uma função definida para gerenciar a acessibilidade e a inclusão digital.</li> <li><input type="checkbox"/> Forneça recursos e autoridade para uma unidade ou gerente nomeado para produzir acessibilidade, inclusão digital, treinamento, padrões e consultoria para departamentos e funcionários do tribunal.</li> <li><input type="checkbox"/> Defina pontos em que os departamentos e funcionários do tribunal devem consultar a unidade ou gerente responsável pela acessibilidade das TIC e inclusão digital para garantir o alinhamento com os objetivos gerais do tribunal</li> </ul>  |
| <p><b>8. Aquisição</b></p> <p>Um tribunal inclusivo torna a acessibilidade um requisito em suas compras de TIC e investimentos em tecnologia.</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Desenvolva e implemente processos, políticas e diretrizes padrão para incorporar a acessibilidade das TIC e a inclusão digital no processo de aquisição e desenvolvimento de produtos, serviços e subcontratados de tecnologia. Avalie regularmente se a acessibilidade e a inclusão digital estão melhorando.</li> <li><input type="checkbox"/> Dê preferência a soluções que suportam resultados de acessibilidade e inclusão digital, por exemplo maior participação e comunicação mais fácil. Por exemplo, alguns aplicativos vêm com tecnologia assistida e ferramentas integradas que verificam a acessibilidade da Web e de documentos.</li> <li><input type="checkbox"/> Crie processos e diretrizes para determinar a</li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>conformidade do fornecedor com os padrões e requisitos de acessibilidade de TIC antes da aquisição (por exemplo, testes, auditorias, uso de artefatos relevantes e facilmente disponíveis, como listas de verificação e documentos de avaliação de pontuação/fornecedor).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Envolver os fornecedores de maneira proativa e direta na acessibilidade das TIC e na inclusão digital.</li> <li><input type="checkbox"/> Para mais informações, veja <a href="#">Aquisições de TICs para Governos Inclusivos e Setores Públicos: Guia de Envolvimento de Fornecedores de TIC</a></li> </ul>  |
| <p><b>9. Desenvolvimento e implantação de tecnologia</b></p> <p>Os tribunais inclusivos implantam infraestrutura de TIC acessível e tecnologias legais relacionadas. Esses ativos são inclusivos, amplamente adotados e utilizáveis por todos, incluindo pessoas com deficiência e idosos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Criar processos padrão, diretrizes e métricas definidas para desenvolver e implantar recursos de tecnologia acessíveis.</li> <li><input type="checkbox"/> Executar avaliações de acessibilidade e auditorias de recursos e implantações de tecnologia (desenvolvidas e adquiridas) usando padrões globais de acessibilidade de TIC, por exemplo o EN 301 549, a Seção 508 dos EUA e as Diretrizes de acessibilidade para conteúdo da Web (WCAG) do World Wide Web Consortium (W3C) 2.1.             <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Para mais informações, veja <a href="#">Guia para Implementar Padrões Prioritários de Acessibilidade de TICs</a></li> </ul> </li> <li><input type="checkbox"/> Alocar centralizadamente recursos financeiros para remediar problemas de acessibilidade.</li> <li><input type="checkbox"/> Catalogar problemas e soluções de acessibilidade e usabilidade, para melhoria contínua e compartilhamento de práticas recomendadas entre departamentos.</li> <li><input type="checkbox"/> Promover a inovação das TIC e o uso de tecnologias de ponta para tratar de questões de longa data sobre acessibilidade e inclusão nos tribunais. Por exemplo, a Inteligência Artificial (IA) e o aprendizado de máquina podem ajudar os tribunais a digitalizar documentos legais importantes que, diferentemente do papel ou das imagens, podem ser lidos por tecnologias assistivas para pessoas com deficiência. Da mesma</li> </ul> |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>forma, a tecnologia, incluindo software de vídeo e colaboração, bem como a realidade artificial e virtual, pode apoiar a participação remota de pessoas com deficiência em processos judiciais, inclusive com legendas ao vivo para fornecer suporte adicional para pessoas com deficiência auditiva e outras.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Estabeleça parcerias com organizações para deficientes, organizações de acesso à justiça, indústria e academia em atividades formalizadas e financiadas usando inovações de TIC e outras tecnologias de ponta.</li> </ul>   |
| <p><b>10. Padrões globais</b><br/>Tribunais inclusivos reconhecem a importância dos padrões globais de acessibilidade das TICs. Eles se mantêm atualizados em relação a essas normas, contribuindo para seu desenvolvimento e manutenção e usando-as para orientar e informar os planos e investimentos em tecnologia.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Exigir o uso de padrões globais de acessibilidade de TIC para orientar e informar os planos de tecnologia de infraestrutura de TIC e investimentos, p. ex. <a href="#">EN 301 549</a>(UE); <a href="#">Seção 508 da Lei de Reabilitação</a> dos requerimentos técnicos de 1973 (Estados Unidos), e o <a href="#">WCAG 2.0/ISO/IEC 40500</a> (2013) e sua versão atualizada o <a href="#">WCAG 2.1</a> (2018).</li> <li>□ Formalizar e financiar atividades de treinamento de padrões para funcionários judiciais, p. ex. profissionais de TI e aquisições.</li> <li>□ Mantenha-se informado das atualizações importantes de padrões globais de acessibilidade de TICs. Forme parcerias com organizações de pessoas com deficiência, sociedade civil, academia e indústria para apoiar a conscientização e o treinamento dos padrões de acessibilidade de TICs para usuários externos, desenvolvedores e profissionais de TI.</li> </ul> |

## Antecedentes e Contexto

A [Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) (CDPD) reconhece a acessibilidade à TICs como um direito humano (artigo 9) e como um facilitador de outros direitos humanos. O artigo 13 exige que os Estados garantam acesso efetivo à justiça para as pessoas com deficiência de maneiras iguais às demais. 181 países em todo o mundo ratificaram a CDPD. Muitas leis, regulamentos e políticas nacionais e locais estão alinhadas com os compromissos da CDPD, tal como com os padrões de acessibilidade de TIC relevantes a nível mundial, como os mencionados na lista de verificação acima. Para as TIC, a acessibilidade geralmente é entendida como a qualidade de uma tecnologia convencional, como um computador, telefone celular, quiosque de autoatendimento ou software, a ser usado pelo maior número possível de usuários, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Em 2018, na 37ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos divulgou um [relatório sobre o direito de acesso à justiça](#) nos termos do artigo 13 da CDPD. Esse relatório estabelece claramente a base jurídica para o acesso à justiça. Ele detalha como as pessoas com deficiência hoje continuam enfrentando obstáculos significativos ao acesso à justiça e realça o princípio da CDPD de que "a participação igual e efetiva em todas as etapas e dentro de cada função do sistema judiciário" é essencial para o acesso à justiça. Em conjunto com este relatório da ONU, a G3ict divulgou um documento recomendando oito estratégias inter-relacionadas para ajudar tribunais e sistemas de justiça a alavancar a tecnologia para auxiliar o maior acesso à justiça para pessoas com deficiência.

Para obter mais informações sobre o trabalho da G3ict para promover maior acessibilidade, inclusão e acesso à justiça como parte da transformação digital dos tribunais em todo o mundo, [visite nosso site](#).